

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2020 – A Refit (B3: RPMG3) anuncia hoje os resultados referentes ao quarto trimestre de 2019 (4T19) e exercício social de 2019. O resultado está consolidado de acordo com as práticas adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CONJUNTURA ECONÔMICA E SETOR DE COMBUSTÍVEIS

O ano de 2019 começou com otimismo, a melhora econômica observada em 2018, apesar de fraca, aliada a um novo governo com agenda progressistas e promessas de mudanças e incentivos, gerou um alto nível de confiança entre os brasileiros. Grandes expectativas sobre a retomada da atividade econômica, com promessas de aprovação da reforma da previdência, melhoras nas contas públicas, queda do desemprego e retorno dos investimentos foram os principais fatores que pautaram os primeiros meses do ano.

Ao longo dos meses parte desse otimismo foi desaparecendo, a maior demora na aprovação da reforma da previdência aliada a diversas crises políticas foi criando entraves à capacidade de recuperação da economia. O cenário internacional mais volátil trouxe impactos negativos ao mercado interno; a guerra comercial entre Estados Unidos e China, retração econômica na Argentina e tensões geopolíticas, como por exemplo o Brexit, trouxeram grandes incertezas aos investidores prejudicando as exportações brasileiras.

Por outro lado, o menor crescimento apresentado favoreceu para que a inflação perdesse força atingindo seus menores patamares dos últimos anos. Em reflexo a isso o Banco Central (BC) a partir de julho teve maior liberdade para iniciar um processo de redução gradual da taxa Selic a patamares jamais observados anteriormente (menor taxa histórica desde 1999), trazendo uma forte desvalorização da taxa de câmbio, frente ao dólar, permeando novos e desafiadores cenários para a economia em um futuro próximo.

Já o PIB de 2019 cresceu 1,1% no acumulado dos 12 meses consolidando uma frustração com o ritmo da atividade econômica se comparados com a expectativa de crescimento de 2,5% esperada no início do ano, de acordo ao relatório Focus do Banco Central. Apesar de 2019 ser o terceiro ano consecutivo de crescimento econômico observa-se uma leve desaceleração se comparado aos 2 últimos anos. O principal fator que explica o crescimento foi o consumo das famílias que em boa parte foi estimulado, a partir do terceiro trimestre, com a liberação e antecipação do cronograma do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Programa de Integração Social (PIS) / Programa de Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desta forma, não sofreu grandes pressões o que permitiu um forte declínio a partir de abril, com exceção do choque observado em novembro decorrente do aumento não esperado das exportações de carnes para a China - devida à febre suína que assolou o país e pela alta observada na conta de luz oriunda de uma baixa nos reservatórios -, consolidando um cenário positivo para que a inflação encerrasse no acumulado do ano em 4,19% e abaixo do centro da meta estipulada pelo Banco Central de 4,5%.

Com a inflação em queda e perspectivas de melhora na política fiscal com a consequente aprovação da reforma da previdência, como exemplo, permitiu ao Banco Central ter, a partir de julho, maior liberdade para iniciar um processo de redução gradual da taxa Selic encerrando assim o ano em 4,5%. Essa redução por sua vez ampliou o diferencial de taxas com os países em desenvolvimento, fazendo que os investimentos fossem cada vez menos atrativos. Desta forma, ocasionou em uma pressão generalizada na taxa de câmbio levando a uma forte desvalorização batendo recordes nominais sucessivos e encerrando o ano em R\$ 4,03, uma valorização de 4% frente ao real.

Em contrapartida, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa média de desemprego caiu em 2019 encerrando em 11,9% ante taxa 12,3% se comparado ao mesmo período de 2018; já no trimestre encerrado em dezembro de 2019 a taxa de desocupação foi de 11%. Apesar de mostrar melhoras o resultado corrobora a frustração no ritmo de crescimento da atividade econômica e evidencia o aumento da informalidade que por sua vez cresceu em níveis superiores ao da população ocupada.

No mercado de combustíveis, de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em dezembro de 2019, o volume total produzido de Gasolina A nas refinarias ficou praticamente estável, tendo alta de 0,8% em relação a 2018 passando de 23,706 bilhões de litros para 23,888 bilhões de litros. Apesar da produção ter apresentado aumento frente a 2018, segundo a ANP, o volume vendido total de Gasolina C teve ligeira redução de 0,49% em relação a 2018 passando de 38,351 bilhões de litros para 38,165 bilhões de litros em 2019. O principal motivo para tal retração é a perda de competitividade em relação ao etanol hidratado nos estados produtores, onde o consumo foi de 22,544 bilhões de litros em 2019, uma elevação de 16,2% se comparados com os 19,384 bilhões de litros de 2018.

Já em 2019, as vendas de combustíveis no mercado brasileiro apresentaram aumento se comparadas ao ano anterior, totalizando 140 bilhões de litros, aumento de 2,9 % em relação aos 136 bilhões de litros registrados em 2018.

PROJETOS E INVESTIMENTOS

De olho nas constantes mudanças e perspectivas de crescimento e transformação do mercado de refino, tendo em vista o início da fase não vinculante referente à venda das refinarias da Petrobrás e pela implementação futura de um novo marco regulatório do setor de distribuição de combustíveis, a Refit iniciou em 2018 uma série de investimentos que visam ao crescimento de sua atividade operacional e eficiência produtiva do seu parque industrial, trazendo a companhia para um cenário mais competitivo conforme as melhores práticas do mercado. Isto permitirá o processamento de diferentes matérias primas e a consequente produção de derivados como: óleo diesel, óleo diesel marítimo, óleo combustível para indústrias, naftas e cortes especiais para indústrias químicas.

Para fazer frente aos novos desafios vislumbrados, no longo prazo, a companhia realizou melhorias na infraestrutura da unidade de destilação para obtenção de Naftas estabilizadas através da coluna E-2002 e entrada em operação de dois novos *headers* e outras duas estações de carregamento de granéis líquidos e recebimento de insumos, o que resultou no aumento da capacidade do despacho de produtos finais em 60% se comparados com dados históricos.

Foram executados projetos e montadas as instalações para a ampliação dos trens de destilação, visando a aumentar o volume de processamento existente. Neste sentido, a engenharia da Refit projetou, construiu e testou o segundo conjunto de refino, a unidade E-2004, modelada para adicionar mais 5.000 barris de petróleo (bbl) de capacidade diária de refino, elevando a capacidade total para 10.000 bbl. A nova unidade está preparada para processar condensados de petróleos leves, médios e produzir vários destilados atmosféricos de petróleo. A instalação foi concluída, vistoriada e aprovada pela ANP, órgão regulador, no final de 2018 tendo sido obtida a Autorização de Operação no primeiro trimestre de 2019.

Ainda em 2019, foram apresentados à ANP os estudos e documentos de engenharia para o processamento de Distillate (um novo insumo mais pesado) no trem da coluna E-2004, com o objetivo de produzir Diesel. Após análises, foi obtida a AO para operação e destilação deste insumo, obtendo Diesel conforme previsto. Foram iniciados também outros dois estudos e projetos: [i] Ampliação de capacidade na coluna e trem da E-2002 para 9.000 barris de petróleo dia (bpd) e [ii] Implementação de um terceiro trem de refino visando a diversificação da produção através do processamento de óleos mais pesados, para aumentar a produção de Diesel e obter outros hidrocarbonetos leves (pentanos, por exemplo) em complemento às atuais produções de Gasolina A.

Em linha com esta estratégia, foi realizada a requalificação do parque de tanques com a manutenção e modernização em 12 tanques de estocagem de matérias primas, produtos intermediários de refino e produtos finais; e a instalação de radares de alta precisão para medição e controle dos níveis internos. Assim, a capacidade total de estocagem de graneis líquidos aumentou em 42.000 m³, representando aumento de 20% da capacidade atual se comparados com dados de 2017. Hoje a capacidade de tancagem autorizada da companhia é de 215.193,41 m³.

Coroando os investimentos já mencionados, foram realizadas obras de recuperação e adequação do duto e quadro de boias na Baía de Guanabara, localizado ao sul da Ponte Rio Niterói próximo ao Pier Mauá no Porto do Rio de Janeiro. O quadro de boias se conecta aos tanques de armazenagem da empresa por meio de um oleoduto de 6.818 metros de extensão e estava inativo desde 2012. Atendendo a todas as exigências técnicas, regulatórias, Normas da Marinha, INEA (Licença Operacional) para o duto que interliga o quadro de boias e a refinaria, além de outros órgãos reguladores, inclusive a

aprovação do Levantamento Hidrográfico (LH - batimetria) do quadro de boias pela Marinha. Desta forma, desde novembro de 2019, o mesmo encontra-se em operação com capacidade de movimentar 800 mil toneladas de petróleo e derivados por ano.

Cabe destacar ainda o projeto de reforma geral do laboratório de controle de qualidade que teve a área ampliada de 260m² para 490m², setor de extrema importância para garantia de qualidade em todas as etapas de produção, desde a negociação e recebimento de insumos até a comercialização dos produtos. Relevante investimento foi realizado, principalmente, em equipamentos para análises instrumentais dedicadas à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, incluindo parcerias com laboratórios externos e renomadas universidades. Além do aumento na capacidade de análises de produtos, o laboratório ganhou equipamentos modernos de última geração e mobiliário novo.

Para cumprir seu papel junto à sociedade, a Refit tem desenvolvido e investido em ações relacionadas ao meio ambiente como gerenciamento de resíduos, controle de emissão atmosférica, descarte de efluentes e reaproveitamento de água. A companhia promoveu a completa revisão do sistema de tratamento de efluentes, ajustes nos sistemas de injeção de ar, substituição de reagentes por outros de maior eficiência na aglomeração e clarificação das águas residuais, além da implementação e operação de um novo sistema independente para tratamento dos esgotos sanitários.

Na área de Tecnologia da Informação, a Refit investiu, em 2018, na aquisição e implantação de diversos módulos de um novo ERP TOTVS com o objetivo de integrar todas as operações da empresa. O Sistema de Gestão Integrado tem como objetivo aprimorar o desempenho organizacional, reduzir custos e conflitos entre os sistemas. Assim, garantirá uma única estrutura de gestão ligada às estratégias e objetivos da empresa, além de permitir o gerenciamento de riscos organizacionais ao assegurar que todas as consequências de uma determinada ação sejam consideradas.

Como resultado dos investimentos iniciados em 2018 e em constante busca para garantir padrões de qualidade de seus produtos e processos, foi conquistado em fevereiro de 2019 a certificação ISO 9001:2015 que abrange: "Refino, Processamento, Armazenamento, Movimentação e Comercialização de Derivados de Petróleo, Combustíveis e Biocombustíveis". A empresa, por sua vez, vem preparando-se para

atender os requisitos necessários para obter a certificação ISO 14001, o que reforça seu compromisso com a gestão ambiental e uma cadeia produtiva sustentável.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Refit são negociadas no segmento do Novo Mercado sob o *ticker* RPMG3. Até 30 de dezembro de 2019, a companhia teve presença em 100% dos pregões e acumulou uma valorização de 71% no exercício, se comparado a valorização de 32% do IBOVESPA ante 2018.

O volume negociado em 2019 atingiu R\$ 141 milhões, aumento de 1.564% em relação a 2018, com 61.135 negócios. No encerramento do ano os papéis estavam cotados a R\$ 5,12/ação, representando um valor de mercado equivalente a R\$ 347 milhões.

DESTAQUES DE 2019



Reforçando a retomada na produção apresentada pela companhia ao longo dos últimos anos, observamos um crescimento de 8,8% na produção de Gasolina A se comparados com 2018, passando de 572 milhões de litros para 622 milhões de litros. Reflexo da recuperação, ainda que lenta, da atividade econômica do país. Por sua vez as vendas também mostraram expansão consistente de 9,9% em 2019 em comparação com o ano encerrado de 2018.

	4T18	4T19	Var. Tri	2018	2019	Var. Ano
Volume Processado Gasolina A*	166.668.596	176.205.199	5,7%	573.102.436	630.257.855	10,0%
Volume Produzido Gasolina A*	165.876.404	176.990.855	6,7%	572.392.087	622.515.981	8,8%
Volume Vendido Gasolina A*	161.003.648	177.374.103	10,2%	566.538.346	622.416.489	9,9%

* (litro)

A receita operacional líquida no 4T19 totalizou R\$ 377 milhões, crescimento de 39,1% se comparados aos R\$ 271 milhões registrados no 4T18. Já no acumulado do ano de 2019 observa-se crescimento de 17,1% versus igual período de 2018, alcançando R\$ 1.185 e R\$ 1.012 milhões respectivamente. O resultado reflete o aumento no volume e maior preço médio dos produtos vendidos.

Os custos dos produtos e serviços vendidos, por sua vez, apresentou aumento de 9% no 4T19 encerrando em R\$ 358 milhões se comparado aos R\$ 329 milhões observados no 4T18. No consolidado do ano, o crescimento foi de 21,2% registrando R\$ 1.147 milhões versus R\$ 947 milhões observados em 2018. Fatores que explicam estes aumentos são a maior necessidade da companhia na utilização de fretes e serviços de armazenagem necessários para a movimentação de combustíveis para seu parque industrial.

Neste sentido, observamos que o resultado bruto da companhia no 4T19 foi R\$ 19 milhões, aumento de 132,4% se comparados com R\$ -58 milhões do 4T18. Apesar do crescimento expressivo no 4T19 o resultado bruto acumulado de 2019 foi de R\$ 38 milhões, recuo de 42% ante os R\$ 65 milhões do ano de 2018.

	4T18	4T19	Var. Tri	2018	2019	Var. Ano
Receita operacional líquida	270.957	376.873	39,1%	1.011.894	1.185.113	17,1%
Custos dos produtos e serviços vendidos -	328.573	358.206	9,0%	946.491	1.147.196	21,2%
Resultado bruto	- 57.616	18.667	132,4%	65.403	37.917	-42,0%

* (em milhares R\$)

A volta da operação do duto e quadro de boias marcou um momento decisivo para a Refit ao manter sua contínua busca de eficiência em cada detalhe do processo produtivo, para que nosso combustível seja sempre a escolha ideal, reafirmando seu potencial competitivo com os futuros *players* que surgirão à medida que a flexibilização do mercado de refino se torne uma realidade. No 4T19 o fluxo de entrada de combustíveis da companhia totalizou 158 milhões de litros, deste total 51%, ou seja, 80 milhões de litros foram descarregados através do duto e quadro de boias, direto para os tanques da empresa em seu parque industrial. Este volume está representado por dois navios tanque que foram integralmente descarregados em quatro dias, o que contrasta com a prévia maneira que vinha sendo utilizada pela empresa em que os navios eram descarregados até as armazenadoras terceiras e, posteriormente, transportados via caminhão até os tanques da refinaria - processo pelo qual a carga de um navio podia demorar até dois meses, em média, para ser concluída. Cabe ressaltar que hoje o processo é feito de ambas formas sendo intercaladas de acordo com a necessidade estratégica da companhia.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Produção de Diesel

Seguindo a estratégia de se reconsolidar como um grande *player* do mercado de refino e produção de combustíveis e após superar o período em que o terreno da empresa se encontrava em desapropriação, que inabilitou as atividades da companhia, a Refit iniciou em 2020 a produção e venda de Diesel S10 desenvolvido com o mais alto padrão de qualidade.

Patrocínio a Eventos

A Refit se orgulha em fazer parte da história do Rio de Janeiro e faz diversos investimentos na cidade para assim proporcionar diversos benefícios para os cariocas. Neste sentido, a companhia fechou em 2020 o patrocínio de uma das casas de espetáculos mais tradicionais do Rio de Janeiro e do Brasil, o Teatro Rival, que ganhou um novo *naming* e passou a se chamar Teatro Rival Refit.

No início de 2020, a Refit patrocinou também o maior espetáculo da terra, tornando-se patrocinador oficial do carnaval na Sapucaí, que movimenta o turismo carioca. Estes dois patrocínios se unem ao já realizado pela empresa ao Cristo Redentor.

Coronavírus

Tendo em vista o cenário de incertezas econômicas desencadeado pelo do surto do COVID-19, conhecido como coronavírus, e cientes de seu papel social, a Companhia já tomou medidas para proteger seus colaboradores bem como para ajudar o Brasil a lidar com o assunto. Colocamos preventivamente os colaboradores administrativos em trabalho à distância (*home office*) e equipamos nossos funcionários operacionais com todos equipamentos de segurança necessários, porque quem trabalha nos serviços essenciais, como a Refit, não pode parar, desta forma seguirá esforçando-se para garantir o combustível mais eficiente. Só no primeiro trimestre, incrementou sua força de trabalho em 10% e as contratações não vão parar, esse é o compromisso para manter a economia, assim como tem feito há mais de 60 anos. E é claro que agora não será diferente. Seguiremos juntos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Refit mantém o compromisso com o desenvolvimento de ações de responsabilidade social voltadas para formação de cidadãos. Neste sentido, mantém a Usina de Campeões, projeto social destinado a crianças e jovens, que vivem no entorno das instalações da Refinaria. Atualmente o projeto atende a cerca de 250 crianças e, desde sua criação, já beneficiou mais de 15 mil famílias. Recentemente, o projeto ganhou oficialmente o apoio da maior organização de MMA do mundo, o UFC.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório do auditor independente, emitido, em 28 de maio de 2020 e com as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2019.

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO

Diretor Presidente

ANTÔNIO EDUARDO FILIPPONE DE SEIXAS

Diretor de Relações com Investidores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores,
Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro – RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em recuperação judicial (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a. A Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2019 os montantes de R\$ 4.109.329 mil e R\$ 4.121.789 mil respectivamente, referente as obrigações tributárias na esfera Estadual que se encontram pendentes de pagamento e atualização monetária em decorrência do processo de negociação juntos aos Estados. Como consequência, não foi possível nas circunstâncias concluir quanto aos possíveis impactos nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase - Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apurou déficit de R\$ 228.360mil. Naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$2.347.781mil e R\$ 2.372.791mil na controladora e consolidado, respectivamente, o passivo a descoberto em R\$2.779.487mil e o endividamento total em R\$7.102.051mil. A Administração da Companhia vem implantando ações para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, bem como da necessária geração de caixa para funcionamento das respectivas atividades. A continuidade das atividades da Companhia e suas controladas dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, suas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na continuidade normal de suas atividades, e não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação de ativos ou aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuar em exercendo suas atividades.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores,
Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro – RJ

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e Ênfase-Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional, determinamos que os assuntos descritos abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis (demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia é parte em diversas contingências fiscais, trabalhistas e cíveis originadas no curso normal de seus negócios. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia e suas controladas e de seus assessores jurídicos. Devido a esse fato e a complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Obtivemos a lista de consultores legais internos e externos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos, e nas posições fiscais tomadas pela Companhia e analisamos a documentação e as respostas às cartas de confirmação, contendo informação sobre os montantes envolvidos e avaliação de risco de perda. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas na nota explicativa nº 13.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores,
Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro – RJ

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e Consolidadas.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores,
Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro – RJ

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2020.

Nelson de Almeida Costa
Contador CRC-RJ 021350/O-2
Auditor Independente -Registro CVM 045/80
Cadastro Nacional de Auditor Independente-CNAI 137

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	52	64	53	65
Contas a receber	5	967.141	744.309	967.141	744.309
Estoques	6	169.709	121.089	172.036	122.602
Adiantamento a fornecedores	7	33.346	189.882	33.699	190.659
Partes relacionadas	8.1	1.011.616	510.156	1.011.619	510.459
Impostos a recuperar	-	73.152	45.463	73.402	45.914
Outros ativos	-	24.608	3.994	24.844	4.241
		2.279.624	1.614.957	2.282.794	1.618.249
Não circulante					
Depósitos judiciais	-	5.915	4.114	6.196	4.323
Partes relacionadas	8.1	33.761	28.410	-	-
Imobilizado	10	180.715	158.729	190.650	168.189
Intangível	-	10.255	6.993	10.259	6.998
		230.646	198.246	207.105	179.510
Total do ativo		2.510.270	1.813.203	2.489.899	1.797.759

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	11.885
Fornecedores	11	15.291	112.996	17.408	130.357
Obrigações tributárias	12	4.591.018	3.582.504	4.615.673	3.603.613
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	5.784	4.381	6.286	5.068
Outras contas a pagar	-	15.312	12.519	16.218	13.417
		4.627.405	3.712.400	4.655.585	3.764.340
Não circulante					
Arrendamentos a pagar	-	1.986	-	1.986	-
Fornecedores	11	2.198	5.011	22.619	10.499
Partes relacionadas	8.2	1.646	17.031	-	-
Obrigações tributárias	12	137.409	122.767	163.172	132.774
Provisões para demandas administrativas e judiciais	13	350.341	350.455	427.423	442.569
Provisão para passivo a descoberto de investidas	9	168.772	156.666	-	-
		662.352	651.930	615.200	585.842
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	15.1	208.714	208.714	208.714	208.714
Reservas de capital	15.2	19.752	19.752	19.752	19.752
Ajuste de avaliação patrimonial	15.3	49.267	59.488	49.267	59.488
Prejuízos acumulados	-	(3.056.996)	(2.838.857)	(3.056.996)	(2.838.857)
(-) Ações em tesouraria	15.4	(224)	(224)	(224)	(224)
		(2.779.487)	(2.551.127)	(2.779.487)	(2.551.127)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) - controladores					
Participação de não controladores		-	-	(1.399)	(1.296)
		(2.779.487)	(2.551.127)	(2.780.886)	(2.552.423)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(2.779.487)	(2.551.127)	(2.780.886)	(2.552.423)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		2.510.270	1.813.203	2.489.899	1.797.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	16	1.171.548	965.717	1.185.113	1.011.894
Custos dos produtos e serviços vendidos	17	(1.137.022)	(891.021)	(1.147.196)	(946.491)
Resultado bruto		34.526	74.696	37.917	65.403
Receitas/(despesas) operacionais:					
Gerais e administrativas	17	(221.014)	(282.740)	(231.353)	(291.762)
Remuneração da administração	18	(964)	(882)	(1.469)	(1.406)
Equivalência patrimonial	9.1	(12.106)	(1.775)	-	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	19	46	9.236	(46)	29.706
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		(199.512)	(201.465)	(194.951)	(198.059)
Resultado financeiro, líquido					
Receitas financeiras	20	9.635	52.914	8.379	53.876
Despesas financeiras	20	(38.483)	(28.520)	(41.891)	(32.878)
		(28.848)	24.394	(33.512)	20.998
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(228.360)	(177.071)	(228.463)	(177.061)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-	-
Resultado líquido antes da participação de não controladores		(228.360)	(177.071)	(228.463)	(177.061)
Participação de não controladores	-			103	(10)
Prejuízo do período				(228.360)	(177.071)
Prejuízo por ação					
Prejuízo básico por ação - R\$	23	(3,37)	(2,62)		
Prejuízo diluído por ação - R\$	23	(3,37)	(2,62)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de capital				Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
	Capital social	Doação	Incentivos fiscais	Reserva especial - Lei nº 8.200						
Saldos em 31 de dezembro de 2017	208.714	6	14.821	4.925	(2.672.007)	69.709	(224)	(2.374.056)	(1.286)	(2.375.342)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(177.071)	-	-	(177.071)	(10)	(177.081)
Realização do custo atribuído do imobilizado (nota 15.3)	-	-	-	-	10.221	(10.221)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	208.714	6	14.821	4.925	(2.838.857)	59.488	(224)	(2.551.127)	(1.296)	(2.552.423)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(228.360)	-	-	(228.360)	(103)	(228.463)
Realização do custo atribuído do imobilizado (nota 15.3)	-	-	-	-	10.221	(10.221)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	208.714	6	14.821	4.925	(3.056.996)	49.267	(224)	(2.779.487)	(1.399)	(2.780.886)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(228.360)	(177.071)	(228.463)	(177.061)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa e equivalentes de caixas gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	12.106	1.775	-	-
Depreciações e amortizações	4.524	13.408	4.617	13.465
Provisão para perdas esperadas e de créditos com liquidação duvidosa e esperadas (PCLD)	-	(1.454)	-	(1.454)
Provisão para perdas no ativo circulante	-	(1.120)	-	(1.090)
Provisões para demandadas administrativas e judiciais	(114)	(80.552)	(15.146)	(76.400)
	(211.844)	(245.014)	(238.992)	(242.540)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	(222.832)	(326.869)	(222.832)	(327.257)
Estoques	(48.620)	18.165	(49.434)	26.782
Impostos a recuperar	(27.689)	(44.166)	(27.488)	(29.345)
Adiantamento a fornecedores	156.536	116.597	156.960	115.962
Outras contas a receber	(501.460)	(436.869)	(501.160)	(436.993)
Depósitos judiciais	(1.801)	11.114	(1.873)	9.962
Outros ativos	(20.614)	30.114	(20.603)	30.174
Partes relacionadas	(5.351)	1.356	-	8.312
	(671.831)	(630.558)	(666.430)	(602.403)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(100.518)	98.124	(100.829)	113.567
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.403	2.205	1.218	1.933
Obrigações tributárias	1.023.156	842.762	1.042.458	815.187
Outras contas a pagar	2.793	(2.361)	2.801	(1.615)
Partes relacionadas	(15.385)	(24.527)	-	-
	911.449	916.203	945.648	929.072
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-
Caixa líquido das atividades operacionais	27.774	40.631	40.226	84.129
Das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(26.443)	(27.927)	(27.012)	(27.927)
Aquisição de ativo intangível	(1.343)	(7.041)	(1.444)	(8.073)
Provisão para investimentos negativos	-	-	-	(24.960)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	7.002	-	6.177
Caixa líquido das atividades de investimentos	(27.786)	(27.966)	(28.456)	(54.783)
Das atividades de financiamentos				
Captação e liquidação de empréstimos, líquidos	-	(12.676)	(11.885)	(29.346)
Participação de não controladores	-	-	103	(10)
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	(12.676)	(11.782)	(29.356)
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa	(12)	(11)	(12)	(10)
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	64	75	65	75
No final do período	52	64	53	65
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa	(12)	(11)	(12)	(10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas				
Receita bruta de vendas e serviços	2.790.276	2.472.351	2.806.094	2.520.351
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.454)	-	(1.454)
Outras receitas e despesas operacionais	46	23.572	(46)	44.978
	2.790.322	2.494.469	2.806.048	2.563.875
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e serviços vendidos	(1.137.022)	(891.021)	(1.147.196)	(946.491)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(165.310)	(269.332)	(172.722)	(278.297)
Perda/recuperação de valores de ativo	-	(14.336)	-	(14.336)
	(1.302.332)	(1.174.689)	(1.319.918)	(1.239.124)
Valor adicionado bruto	1.487.990	1.319.780	1.486.130	1.324.751
Retenções				
Depreciações e amortizações	(4.524)	(13.408)	(4.617)	(13.465)
Outras	-	43.936	-	47.151
	(4.524)	30.528	(4.617)	33.686
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.483.466	1.350.308	1.481.513	1.358.437
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(12.106)	(1.775)	-	-
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	9.635	52.914	8.379	53.876
	(2.471)	51.139	8.379	53.876
Valor adicionado a distribuir	1.480.995	1.401.447	1.489.892	1.412.313
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	36.058	22.715	38.014	26.032
Benefícios	11.062	6.181	11.819	7.121
FGTS	2.343	1.833	2.527	2.015
Outros	382	210	781	210
	49.845	30.939	53.141	35.378
Impostos, taxas e contribuições				
Federal	556.694	524.746	556.882	525.820
Estadual	1.061.857	990.421	1.063.921	991.409
Municipal	176	3.025	176	3.025
	1.618.727	1.518.192	1.620.979	1.520.254
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	26.652	15.567	29.964	19.908
Variação cambial devedora	10.838	12.511	10.838	12.511
Descontos concedidos	-	-	76	-
Aluguéis	2.414	867	2.459	867
Despesas bancárias	879	442	898	456
	40.783	29.387	44.235	33.742
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo	(228.360)	(177.071)	(228.463)	(177.061)
	(228.360)	(177.071)	(228.463)	(177.061)
Valor adicionado total distribuído	1.480.995	1.401.447	1.489.892	1.412.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.** (“Companhia”) – **em recuperação judicial**, com sede na Avenida Brasil, 3.141, no município e Estado do Rio de Janeiro, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros, sob o código RPMG3. A Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. é controlada pela XOROQUE Participações S.A., companhia de capital fechado.

A Companhia tem por objeto social: (i) exploração, no Estado do Rio de Janeiro, de uma refinaria de petróleo e de outras indústrias conexas ou independentes, desde que não obstadas por ato do Governo Federal; (ii) importação de petróleo crus, venda de derivados de petróleo no País e sua exportação, quando autorizada; (iii) prestação de serviços relacionados com a atividade de refino; e (iv) armazém geral.

A Companhia possui participação societária nas seguintes investidas controladas:

Investidas	Participação direta no capital	
	2019	2018
Manguinhos Distribuidora S.A. - em recuperação judicial (a)	99,04%	99,04%
Manguinhos Química S.A. - em recuperação judicial (b)	100,00%	100,00%
Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. - em recuperação judicial (c)	1,00%	1,00%

- (a) Manguinhos Distribuidora S.A. (“Distribuidora”) – sociedade anônima com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com objeto social preponderante a distribuição de combustíveis em geral (derivados do petróleo), a comercialização, envasilhamento e transporte desses produtos. A Distribuidora possui participação de 99% no capital social da Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. (participação indireta da Companhia);
- (b) Manguinhos Química S.A. (“Química”) – sociedade anônima com sede na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, com objeto social preponderante a industrialização e comércio de derivados de petróleo e formulação e comercialização outros produtos químicos. A investida encontra-se com sua atividade operacional paralisada.;
- (c) Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. (“Gasdiesel”) – sociedade limitada com sede na cidade de Araucária, no Estado do Paraná, com objeto social preponderante o comércio atacadista e transporte rodoviário de derivados de petróleo e de outros combustíveis. A investida encontra-se com sua atividade operacional paralisada.

A Companhia desenvolve seus negócios dentro do contexto de grupo empresarial, utilizando-se de ou fornecendo para a estrutura de empresas ligadas, às atividades de gestão, operação e administração dos negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Recuperação judicial

Em 15 de maio de 2015, a Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, dos prejuízos já acumulados e dos vencimentos das obrigações operacionais e fiscais, ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 5ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação” – Processo no 0220184-63.2015.8.19.0001, em conjunto com as suas controladas Manguinhos Distribuidora S.A. (em recuperação judicial), Manguinhos Química S.A. (em recuperação judicial) e Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.(em recuperação judicial), nos termos dos artigos 51 e 52 da Lei no 11.101/05. Consequentemente, a Companhia e suas controladas tiveram seu Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia de credores realizada em 16 de dezembro de 2016, e homologado pelo Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2017 (publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro em 17 de julho de 2017).

1.2. Compromisso ambiental (licença de operação)

Em 12 de agosto de 2011, a “Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA”, no uso de suas atribuições concedeu licença de operação e recuperação, que teve sua validade prorrogada automaticamente, na forma do art. 28 do Decreto Estadual 44.280/2014, para realizar as atividades de tratamento de Nafta, fabricação de gasolina, solventes especiais, GLP, querosene, diesel, Óleo Combustível, oriundos da condensação de petróleo e nafta, e para recuperação ambiental da área impactada com passivo decorrente da contaminação do solo e águas subterrâneas.

Em 15 de fevereiro de 2018, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), no uso das atribuições concedeu a licença de operação com validade até 15 de fevereiro de 2023, para a atividade do oleoduto (trecho terrestre e trecho marítimo, considerando a interligação até o parque industrial da Companhia) destinado a transferência de álcool, petróleo, nafta, condensados, aromáticos, óleo diesel e outros derivados.

Certificações

Em fevereiro de 2019, foi encerrado o processo de auditoria de qualidade da Companhia realizado pela Bureau Veritas Certification - Brasil e o seu Sistema de Gestão de Qualidade foi certificado de acordo com os requisitos da NBR ISO 9001:2015, abrangendo o seguinte escopo: “Refino, Processamento, Armazenamento, Movimentação e Comercialização de Derivados de Petróleo, Combustíveis e Biocombustíveis”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação “OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral” na preparação de suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, sendo evidenciadas e correspondendo às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2020.

2.2. Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos.

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas no Brasil é o Real. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas em moeda funcional, são convertidos pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento, quando aplicável. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas, sendo que as consolidações tomaram como parâmetro a data-base de 31 de dezembro de 2019. Quando necessário, as informações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminadas as contas correntes, as receitas e despesas entre as sociedades consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos, sendo destacada a participação de não controladores, conforme orientações do CPC 36 (R3).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são compostas com as demonstrações financeiras das investidas (consolidação integral): Manguinhos Distribuidora S.A., Manguinhos Química S.A., e Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.

2.4. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, e foi elaborada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração e são consideradas como informação adicional.

3. Principais práticas adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas--Continuação

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data-base das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são descritas a seguir:

(a) Provisão para perdas de estoques

A provisão para perdas de estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos em sua planta industrial.

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda de crédito esperada

Essa provisão é fundamentada em análise de histórico de perdas ou conhecimento de dificuldade financeira do cliente, monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber.

(c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas estão sujeitas, no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia e suas controladas, poderão afetar adversamente as probabilidades e conseqüentemente as estimativas realizadas.

A Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, principalmente, fiscais, trabalhistas e previdenciárias. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, como resultado de acontecimentos do passado, para provável saída de recursos envolvendo benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo.

Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(b) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas--Continuação

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo da Companhia, e não para investimentos com outros propósitos. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, quando aplicável, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Aplicações financeiras restritivas ou com vencimento superior a 90 dias são classificadas como títulos e valores mobiliários. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não possuía aplicações financeiras restritivas ou com vencimentos superiores a 90 dias.

3.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pelas vendas de produtos e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas esperadas de créditos, se necessária.

A provisão para perdas esperadas de créditos é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber como descrito na nota 3.1 (b).

3.5. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques "custo médio ponderado". As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela Administração como descrito na nota 3.1 (a).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas--Continuação

3.6. Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os gastos com manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

No final do exercício 2019, a Companhia realizou inventário físico de seus ativos com a contratação de empresa terceirizada especialista nesse segmento, e concluiu que não existe a necessidade de registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos, e ratificou a razoabilidade da vida útil de cada componente.

3.7. Intangível

Representado por gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de *softwares*, sendo registrados ao custo de aquisição e/ou formação, sendo amortizados de acordo com o seu prazo de vida útil estimado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas—Continuação

3.8. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido até o final do exercício subsequente (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longos). Caso contrário, e quando aplicável essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

3.9. Empréstimos e financiamentos

As operações contratadas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

3.10. Obrigações tributárias

São obrigações a pagar representadas por: (i) Impostos federais, estaduais e municipais, apurados sobre a atividade operacional (corrente e do passado) da Companhia; e (ii) Parcelamentos tributários em geral. O saldo encontra-se atualizado e segregado nas demonstrações financeiras, entre passivo circulante e não circulante, mediante a expectativa de pagamento.

3.11. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas--Continuação

3.12. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.13. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas administrativas e judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável;
- **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, são divulgadas nas demonstrações financeiras;

A provisão para demandas administrativas e judiciais, especificamente, está relacionada às questões trabalhistas, fiscais e cíveis e está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pelos consultores jurídicos e administração da Companhia, inclusive, quanto à sua classificação no não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas--Continuação

3.14. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, no mínimo, anualmente, o valor contábil líquido de seus principais ativos, em especial, o imobilizado, os investimentos e o intangível, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica dos empreendimentos imobiliários que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente.

Não foram registradas perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

3.15. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda de produtos e de serviços é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

3.16. Resultado básico e resultado diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o resultado básico é igual ao resultado diluído, conforme mencionado na Nota 23.

3.17. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas--Continuação

3.18. Novas normas, interpretações e alterações de normas ainda não adotadas

Adoção do CPC 06 R2 (IFRS 16)

Refere-se à definição e orientação sobre o registro dos contratos de arrendamentos mercantis, sendo que a administração da Companhia adotou essa norma a partir de 1º de janeiro de 2019 para os seus contratos de locação de imóveis, aplicável apenas para a Controladora. Conforme previsto nas disposições transitórias da norma, para fins de adoção inicial a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, não rerepresentando suas informações trimestrais, individuais e consolidadas, de períodos anteriores.

	Controladora		
	Divulgado 31/12/2018	Ajustes Adoção CPC	Saldo Ajustado 01/01/2019
Ativo			
Intagível por direito de uso	-	2.694	2.694
Demais ativos	1.813.203	-	1.813.203
Total	1.813.203	2.694	1.815.897
Passivo			
Arrendamentos a pagar	-	2.694	2.694
Demais passivos	4.364.330	-	4.364.330
Total	4.364.330	2.694	4.367.024
Passivo a descoberto	(2.551.127)	-	(2.551.127)
Total do passivo e passivo a descoberto	1.813.203	2.694	1.815.897

4. Caixa e equivalentes de caixa

É composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Bancos – conta movimento	52	64	53	65
Total	52	64	53	65

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Contas a receber

É composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber – partes relacionadas (nota 8.3)	964.077	744.309	964.077	744.309
Contas a receber - demais clientes	3.064	-	3.064	-
	967.141	744.309	967.141	744.309
(-) Provisão para perdas esperadas e de créditos com liquidação duvidosa e esperadas (PCLD)	-	-	-	-
Total	967.141	744.309	967.141	744.309

5.1. Movimentação das perdas de créditos com liquidação duvidosa e esperadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	-	(1.454)	-	(1.454)
Reversões	-	1.454	-	1.454
Saldo final	-	-	-	-

A provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa e esperada é constituída para créditos de difícil realização e suficiente para cobertura de eventuais perdas futuras de acordo com avaliação da Administração da Companhia.

5.2. Composição por idade de vencimento

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	967.141	744.309	967.141	744.309
Total	967.141	744.309	967.141	744.309

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Estoques

É composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Matéria-prima	122.123	66.349	122.123	66.349
Estoque próprio em poder de terceiros (i)	31.038	37.495	32.075	38.099
Produtos acabados	16.548	17.245	17.838	18.154
Total	169.709	121.089	172.036	122.602

(i) Referem-se aos estoques de matéria prima e/ou produtos acabados armazenados em depósitos de terceiros.

7. Adiantamento a fornecedores

É composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Matéria-prima em geral	29.264	188.023	29.264	188.023
Outros serviços e produtos	4.393	2.170	7.519	5.720
(-) Provisão para desvalorização de ativos	(311)	(311)	(3.084)	(3.084)
Total	33.346	189.882	33.699	190.659

7.1. Movimentação da provisão para desvalorização de ativos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(311)	(1.431)	(3.084)	(4.173)
Adições	-	-	-	(31)
Reversões	-	1.120	-	1.120
Saldo final	(311)	(311)	(3.084)	(3.084)

A provisão para desvalorização de ativos é constituída para créditos de difícil realização de acordo com avaliação da Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Partes relacionadas

É composto por:

8.1. Ativo

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Yield Financial Services S.A. (i)	1.011.616	510.156	1.011.619	510.459
Manguinhos Distribuidora S.A. (ii)	9.405	9.168	-	-
Manguinhos Química S.A. (ii)	7.001	3.793	-	-
Gasdiesel Distribuidora de Petróleo S.A. (ii)	17.355	15.449	-	-
Total	1.045.377	538.566	1.011.619	510.459
Circulante	1.011.616	510.156	1.011.619	510.459
Não circulante	33.761	28.410	-	-

8.2. Passivo

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Manguinhos Distribuidora S.A. (ii)	1.646	17.031	-	-
Total – não circulante	1.646	17.031	-	-

(i) Refere-se à administração do fluxo de caixa das operações (contas a pagar e a receber) e gerenciamento de recursos da Companhia e de suas controladas.

(ii) Referem-se às operações de empréstimos em forma de mútuo e/ou outras contas a receber, tendo por objetivo a disponibilização de recursos para a manutenção da respectiva investida. Adicionalmente não possuem prazo de vencimento definido e, não estão sujeitas à atualização monetária.

8.3. Atividade operacional

Descrição	Natureza	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Fera Lubrificantes Ltda.	Contas a receber	691.148	483.600
76 Oil Distribuidora de Comb. Ltda.	Contas a receber	272.929	260.709
Axa Oil Petróleo Ltda.	Adiantamento a fornecedor	750	6.120
Axa Oil Petróleo Ltda.	Fornecedores	-	81.102
Logfit Logística e Serviços S.A.	Fornecedores	2.698	-
Yield Financial Services S.A.	Fornecedores e contas a pagar	748	234
Martinez, Andrade e Cesnik Adv. Ass.	Contas a pagar	1.511	3.022

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

8.3. Atividade operacional--Continuação

Descrição	Natureza	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Fera Lubrificantes Ltda.	Receitas (*)	1.594.379	1.507.101
76 Oil Distribuidora de Comb. Ltda.	Receitas (*)	1.175.934	893.691
Magro Advogados Associados	Despesas (*)	(16.652)	(7.317)
Logfit Logística e Serviços S.A.	Despesas (*)	(20.149)	(4.393)
Yield Financial Services S.A.	Despesas (*)	(4.246)	(3.138)
Fera Lubrificantes Ltda.	Despesas (*)	(204)	-

(*) Receitas e despesas correspondentes aos meses de janeiro a dezembro dos respectivos exercícios.

9. Investimentos (provisão para passivo a descoberto de investidas)

É composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Manguinhos Distribuidora S.A.	144.250	133.658	-	-
Manguinhos Química S.A.	24.242	22.744	-	-
Gasdiesel Distribuidora de Petróleo S.A.	280	264	-	-
Total	168.772	156.666	-	-

9.1. Movimentação da provisão para passivo a descoberto de investidas

Descrição	31/12/2019			Total
	Manguinhos Distribuidora S.A.	Manguinhos Química S.A.	Gasdiesel Distr. de Petróleo Ltda.	
Saldo inicial - 31/12/2018	133.658	22.744	264	156.666
Equivalência patrimonial	10.592	1.498	16	12.106
Saldo final - 31/12/2019	144.250	24.242	280	168.772

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Investimentos (provisão para passivo a descoberto de investidas)-- Continuação

9.2. Informações financeiras das investidas

Descrição	31/12/2019		
	Manguinhos Distribuidora S.A.	Manguinhos Química S.A.	Gasdiesel Distr. de Petróleo Ltda.
Participação direta no capital	99,04%	100,00%	1,00%
Participação indireta no capital	-	-	99,00%
Ativo	7.534	7.118	384
Passivo	153.182	31.360	28.381
Passivo a descoberto	(145.649)	(24.242)	(27.997)
Prejuízo do período	(10.695)	(1.498)	(1.559)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imobilizado

É composto por:

Controladora

Descrição	Vida útil (anos)	31/12/2019			31/12/2018			Movimentação líquida		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	95.180	-	95.180	95.180	-	95.180	-	-	-
Edifícios e construções	10 a 30	27.091	(25.044)	2.047	27.091	(24.035)	3.056	-	(1.009)	(1.009)
Instalações	10 a 30	130.935	(129.938)	997	129.937	(129.937)	-	998	(1)	997
Máquinas e equipamentos	6 a 8	24.200	(19.278)	4.922	21.517	(17.416)	4.101	2.683	(1.862)	821
Equip. de armazenagem e transfer.	6 a 8	41.269	(25.714)	15.555	25.715	(25.512)	203	15.554	(202)	15.352
Móveis e utensílios	2 a 6	6.492	(6.084)	408	6.219	(6.035)	184	273	(49)	224
Veículos	5	688	(521)	167	688	(471)	217	-	(50)	(50)
Computadores e periféricos	1 a 3	9.235	(4.604)	4.631	4.655	(4.483)	172	4.580	(121)	4.459
Benefitoria em bens próprios	10 a 30	45.235	(9.641)	35.594	29.482	(8.478)	21.004	15.753	(1.163)	14.590
Imobilizado em andamento	-	21.214	-	21.214	34.612	-	34.612	(13.398)	-	(13.398)
Total		401.539	(220.824)	180.715	375.096	(216.367)	158.729	26.443	(4.457)	21.986

Consolidado

Descrição	Vida útil (anos)	31/12/2019			31/12/2018			Movimentação líquida		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	103.034	-	103.034	103.034	-	103.034	-	-	-
Edifícios e construções	10 a 30	32.092	(30.045)	2.047	32.092	(29.036)	3.056	-	(1.009)	(1.009)
Instalações	10 a 30	133.440	(132.373)	1.067	132.442	(132.371)	71	998	(2)	996
Máquinas e equipamentos	6 a 8	29.631	(23.983)	5.648	26.667	(22.038)	4.629	2.964	(1.945)	1.019
Equip. de armazenagem e transfer.	6 a 8	41.821	(26.266)	15.555	26.267	(26.064)	203	15.554	(202)	15.352
Móveis e utensílios	2 a 6	7.086	(6.668)	418	6.802	(6.618)	184	284	(50)	234
Veículos	5	817	(650)	167	817	(600)	217	-	(50)	(50)
Computadores e periféricos	1 a 3	9.648	(4.992)	4.656	5.046	(4.863)	183	4.602	(129)	4.473
Benefitoria em bens próprios	10 a 30	46.370	(10.775)	35.595	30.617	(9.611)	21.006	15.753	(1.164)	14.589
Imobilizado em andamento	-	22.463	-	22.463	35.606	-	35.606	(13.143)	-	(13.143)
Total		426.402	(235.752)	190.650	399.390	(231.201)	168.189	27.012	(4.551)	22.461

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Fornecedores

É composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores (Recuperação Judicial) (i)	2.413	5.204	24.516	27.588
Fornecedores de mercadorias	697	81.981	706	82.090
Fornecedores de uso e consumo e outros	14.379	30.822	14.805	31.178
Total	17.489	118.007	40.027	140.856
Circulante	15.291	112.996	17.408	130.357
Não circulante (Nota 11.1)	2.198	5.011	22.619	10.499

- (i) Fornecedores incluídos no Plano de Recuperação Judicial, aprovado em 16 de dezembro de 2016, e homologado pelo Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2017.

11.1. Composição da parcela não circulante (por ano de vencimento)

Ano	31/12/2019	
	Controladora	Consolidado
2021	552	2.235
2022	214	1.897
2023 em diante	1.432	18.487
Total	2.198	22.619

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Obrigações tributárias

São compostas por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Estadual				
ICMS a recolher	4.109.329	3.229.516	4.121.789	3.243.228
Parcelamento ICMS (a)	150.662	115.008	184.841	117.342
	4.259.991	3.344.524	4.306.630	3.360.570
Federal				
CIDE a recolher	-	85.410	-	85.410
PIS e COFINS a recolher	-	133.237	1.065	134.264
IRPJ e CSLL a recolher	5.265	3.302	5.265	3.302
Impostos e Contribuições retidos na fonte	1.530	1.015	1.732	1.214
Parcelamento PERT (b)	72.123	91.361	72.123	101.095
Parcelamento Federal Especial (c)	363.064	-	363.517	1.418
Impostos diferidos (d)	25.477	30.742	25.477	30.742
Outras obrigações	802	15.608	1.099	17.048
	468.261	360.675	470.278	374.493
Municipal				
IPTU a recolher	-	-	1.714	1.192
ISS a recolher	175	72	223	132
	175	72	1.937	1.324
Total	4.728.427	3.705.271	4.778.845	3.736.387
Circulante	4.591.018	3.582.504	4.615.673	3.603.613
Não circulante (Nota 12.1)	137.409	122.767	163.172	132.774

A Companhia passou a enfrentar dificuldades operacionais, desde a publicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, quanto ao não cumprimento de algumas obrigações e que levaram a solicitar recuperação judicial conforme comentado na nota 1. Nesse sentido, a Administração da Companhia, por intermédio de seus assessores jurídicos, no intuito de resguardar os direitos dos acionistas, vem trabalhando na reversão dos fatos acima e também na reparação das perdas e possíveis prejuízos ocasionados, conforme processo (Ação Indenizatória) nº 0420150- 07.2015.8.19.0001 – 2ª Vara de Fazenda Pública e Processo de anulação do decreto de desapropriação no STF nº ACO 2162/SP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Obrigações tributárias--Continuação

(a) Parcelamentos ICMS

Parcelamentos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) celebrados, no qual, a Companhia está em situação adimplente, de acordo com os prazos e parcelas estabelecidas.

(b) PERT (Programa Especial de Regularização Tributária)

Em 18 de agosto de 2017, a Companhia e sua controlada Manguinhos Distribuidora S.A., realizaram adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária instituída pela Medida Provisória n.º 783 de 2017 e convertida na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, de débitos de natureza tributária e não tributária, no âmbito Federal, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício. A consolidação e quitação do parcelamento previdenciário e dos demais débitos da Receita Federal, ocorreram durante o exercício de 2018, com pagamento à vista, mediante a utilização de prejuízos fiscais e base negativa e por meio de recursos financeiros. O saldo remanescente, refere-se a débitos da PGFN, os quais estão sendo pagos em 120 parcelas mensais (91 parcelas a pagar em 31 de dezembro de 2019).

(c) Parcelamento Federal Especial

No início do 2º trimestre de 2019, a Companhia protocolou o pedido de adesão ao Parcelamento Federal Especial das empresas em recuperação judicial, instituído pela Lei nº 10.522/2002, para os débitos dos impostos federais (PIS, COFINS, CIDE, entre outros). Em virtude da não consolidação do pedido até 30 de setembro de 2019, a Companhia está realizando os pagamentos estimados com expectativa de quitação em 84 parcelas, conforme previsão legal.

(d) Impostos diferidos

Refere-se ao imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) apurado pela Companhia no custo atribuído (valorização) dos bens do ativo imobilizado registrado em exercícios anteriores, cuja realização está relacionada com apuração da depreciação dos respectivos ativos.

12.1. Composição da parcela não circulante (por ano de vencimento)

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	23.666	-	26.563
2021	44.832	23.576	53.404	26.182
2022 (ou 2022 em diante)	44.599	75.525	52.930	80.029
2023 em diante	47.978	-	56.838	-
Total	137.409	122.767	163.172	132.774

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Provisões para demandas administrativas e judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão contábil para as respectivas demandas judiciais.

13.1. Perdas prováveis

A Companhia e suas controladas possuem registradas as seguintes provisões para fazer face às eventuais demandas judiciais, classificadas pelos assessores jurídicos como perda provável:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributário	329.890	327.650	395.351	400.011
Trabalhista	2.739	2.860	6.097	6.341
Cíveis e outros	17.712	19.945	25.975	36.217
Total processos - perda provável	350.341	350.455	427.423	442.569

13.2. Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas também possuem outras demandas judiciais que foram classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, portanto, não foram registradas provisões nas respectivas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Essas demandas judiciais somam aproximadamente:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributário	3.923.378	3.064.446	4.902.867	3.792.220
Trabalhista	4.033	4.307	4.282	4.307
Cíveis e outros	54.532	36.993	54.532	40.164
Total processos - perda possível	3.981.943	3.105.746	4.961.681	3.836.691

13.3. Precatórios

A Companhia e suas controladas utilizaram precatórios durante os exercícios de 2007 a 2015 para compensação das obrigações fiscais estaduais. Entretanto, no intuito de preservar seu patrimônio diante de uma eventual execução fiscal ⁽¹⁾, passou a controlar em contas contábeis os direitos e obrigações já utilizados até sua homologação por parte das autoridades fiscais.

“ ⁽¹⁾ Eventual execução fiscal será garantida e satisfeita com os precatórios, possibilidade está reconhecida pelos Tribunais, conforme se verifica através da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o qual reconhece que o precatório vencido e não pago pelo Estado exequente equivale a dinheiro (Resp. 365.095/ES, Resp. 546247/DF e Embargos de divergência em Recurso Especial nº 852.425/RS). ”

O saldo utilizado de precatórios até 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 412.522. A Companhia mantém diversas ações em andamento no âmbito judiciário com o intuito de homologação desses créditos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente:

14.1. Conciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(228.360)	(177.071)	(228.463)	(177.061)
(+/-) Outras adições e exclusões	221	132.780	359	132.780
(-) Equivalência patrimonial	12.106	1.775	-	-
Base do lucro real	(216.033)	(42.516)	(228.104)	(44.281)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

14.2. Créditos fiscais acumulados

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social era de R\$ 1.054.531 e R\$ 1.107.842, individual e consolidado, respectivamente, o que representa um crédito de imposto de renda e contribuição social em montante aproximado de R\$ 358.541 e R\$ 376.666, individual e consolidado, respectivamente, cujos efeitos não foram registrados nestas demonstrações financeiras, devido ao não atendimento de todas as orientações técnicas previstas no pronunciamento contábil CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia apresenta capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 208.714, representado por 67.691.629 (sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e um mil, seiscentos e vinte e nove) ações ordinárias sem valor nominal.

15.2. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o montante de R\$ 19.752 é composto por: i) R\$ 14.821 referente à Incentivos fiscais; ii) R\$ 4.925 referente à Reserva especial (lei nº 8.200/91); e iii) R\$ 6 referente a Doações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)--Continuação

15.3. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 49.267 (R\$ 59.488 em 2018) é representado pelo custo atribuído (valorização) dos bens do ativo imobilizado, líquido dos impostos, registrado em exercícios anteriores, cuja realização está relacionada com apuração da depreciação dos respectivos ativos.

15.4. Ações em tesouraria

Em 14 de abril de 2003, foi aprovada em reunião realizada pelo Conselho de Administração, à aquisição pela Companhia de ações próprias no montante de R\$ 224, representado por 7.349 (sete mil, trezentos e quarenta e nove) ações ordinárias sem valor nominal.

16. Receita operacional líquida

São compostas por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita Bruta de Venda				
Gasolina	2.783.329	2.439.880	2.791.962	2.484.758
Diesel	-	25.936	-	25.936
Álcool hidratado	7.492	-	12.829	3.122
Serviços de industrialização	3.524	6.535	5.499	6.535
	2.794.345	2.472.351	2.810.290	2.520.351
Deduções				
(-) Impostos incidentes de vendas	(1.618.728)	(1.503.820)	(1.620.981)	(1.505.190)
(-) Descontos e devoluções de vendas	(4.069)	(2.814)	(4.196)	(3.267)
Receita líquida de vendas	1.171.548	965.717	1.185.113	1.011.894

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Custos e despesas por natureza

São compostos por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Combustíveis	(948.197)	(821.708)	(958.294)	(877.178)
Recursos humanos	(49.464)	(38.325)	(52.771)	(42.559)
Serv. prestados pessoa jurídica (Nota 17.1)	(154.209)	(122.968)	(158.880)	(124.905)
Materiais de consumo	(4.165)	(8.960)	(4.344)	(9.406)
Consumo de utilidades (i)	(4.646)	(4.771)	(4.890)	(5.283)
Depreciação e amortização	(4.524)	(13.408)	(4.617)	(13.465)
Fretes e carretos	(125.005)	(80.489)	(125.613)	(81.193)
Outras despesas com importação	(12.773)	(13.712)	(12.773)	(13.712)
Propaganda e publicidade	(14.486)	(19.477)	(14.486)	(19.477)
Impostos e taxas	(4.771)	(18.168)	(5.758)	(18.629)
Provisão (reversão) para perdas esperadas e de créditos com liquidação duvidosa e esperadas (PCLD)	-	(187)	-	(218)
Outros custos	(15.497)	(6.957)	(15.497)	(6.974)
Outras despesas	(20.299)	(24.631)	(20.626)	(25.254)
	(1.358.036)	(1.173.761)	(1.378.549)	(1.238.253)
Composição por natureza				
Custo dos produtos e serviços vendidos	(1.137.022)	(891.021)	(1.147.196)	(946.491)
Gerais e administrativas	(221.014)	(282.740)	(231.353)	(291.762)
	(1.358.036)	(1.173.761)	(1.378.549)	(1.238.253)

(i) Representado pelas despesas com Energia Elétrica e Água.

17.1. Serviços prestados por pessoa jurídica

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Serviços de armazenagem	(73.706)	(55.601)	(73.742)	(55.681)
Serviços de consultoria, informática e auditoria	(12.382)	(14.938)	(12.748)	(15.527)
Serviços técnicos	(5.857)	(349)	(6.527)	(349)
Serviços de manutenção e consertos	(1.483)	(1.950)	(1.720)	(2.077)
Honorários advocatícios	(59.537)	(48.652)	(62.640)	(49.636)
Outros	(1.244)	(1.478)	(1.503)	(1.635)
	(154.209)	(122.968)	(158.880)	(124.905)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Custos e despesas por natureza--Continuação

17.2. Impostos e taxas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IPTU	(325)	(317)	(607)	(424)
Impostos e taxas diversas (i)	(3.836)	(2.662)	(4.478)	(2.979)
Taxa AFRMM	-	(4.327)	-	(4.327)
Taxa Siscomex	-	(5)	-	(5)
Taxas c/ Importação	-	(9.538)	-	(9.538)
Outras	(610)	(1.319)	(673)	(1.356)
	(4.771)	(18.168)	(5.758)	(18.629)

(i) Representado basicamente pela cobrança de algumas parcelas pendentes do FORO pela utilização do terreno da União.

18. Remuneração da administração

São compostas por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Honorários da diretoria	(964)	(882)	(1.469)	(1.406)
	(964)	(882)	(1.469)	(1.406)

De acordo com a lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos administradores, procedimento cumprido conforme Ata de Assembleia Geral.

19. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras receitas operacionais				
Ganho de estoque	-	625	-	625
Receitas com precatório	-	544	-	544
Ganho com parcelamentos	-	22.314	-	42.760
Outras	101	89	102	1.049
	101	23.572	102	44.978
Outras despesas operacionais				
Perda de estoque	-	(14.336)	(84)	(14.336)
Diversas	(55)	-	(64)	(936)
	(55)	(14.336)	(148)	(15.272)
Total - Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	46	9.236	(46)	29.706

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Resultado financeiro, líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Descontos recebidos	492	3.852	506	4.814
Variações cambiais ativas	7.370	28.111	7.370	28.111
Juros ativos (i)	34	20.951	34	20.951
Juros ativos sobre mútuos	1.269	-	-	-
Outras receitas	470	-	469	-
	9.635	52.914	8.379	53.876
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(879)	(442)	(898)	(456)
Descontos concedidos	-	-	(76)	-
Variações cambiais passivas	(10.838)	(12.511)	(10.838)	(12.511)
Juros passivos	(26.009)	(15.567)	(29.964)	(19.908)
Juros passivos sobre mútuos	(643)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(114)	-	(115)	(3)
	(38.483)	(28.520)	(41.891)	(32.878)
Resultado financeiro, líquido	(28.848)	24.394	(33.512)	20.998

(i) Representado pela cobrança de juros do contas a receber.

21. Gestão de riscos

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta são os seguintes:

Gestão de Capital

A Companhia administra seu Capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno de suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido e passivo a descoberto da Companhia (Nota 15).

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

Descrição	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Dívida (i)	(5.289.757)	(4.364.330)
Caixa e equivalentes de caixa	52	64
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	967.141	744.309
Dívida líquida	(4.322.564)	(3.619.957)
Passivo a descoberto (Patrimônio líquido)	(2.779.487)	(2.551.127)
Índice de endividamento líquido	(7.102.051)	(6.171.084)

(i) A dívida é definida pelo somatório do passivo circulante e o passivo não circulante

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Gestão de riscos--Continuação

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia não vem observando problemas de não realização relevantes e mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela sua administração para cobrir possíveis perdas, quando aplicável.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações. A Companhia elabora uma análise dos fluxos de caixa projetados e periodicamente revisa as obrigações assumidas.

	Menos de 1 Mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
<u>31 de dezembro de 2019</u>				
Caixa Equivalência de Caixa	52	-	-	52
Contas a receber de clientes	274.452	624.213	68.476	967.141
Fornecedores	(7.335)	(546)	(7.410)	(15.291)
	267.169	623.667	61.066	951.902
<u>31 de dezembro de 2018</u>				
Caixa Equivalência de Caixa	64	-	-	64
Contas a receber de clientes	226.994	448.485	68.830	744.309
Fornecedores	(3.628)	(136)	(109.232)	(112.996)
	223.430	448.349	(40.402)	631.377

Outros tipos de instrumentos financeiros

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2019, tampouco realizou operação com derivativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

22. Informações por segmento

A administração da Companhia baseia os seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, na mesma base que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como "Comercialização de combustíveis para distribuidoras".

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Resultado por ação

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) – Resultado por ação, aprovado pela Deliberação CVM nº636/10, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

- a) **Básico:** o cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante os exercícios:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo do exercício	(228.360)	(177.071)
Quantidade média ponderada de ações (mil) em circulação	67.692	67.692
Prejuízo básico por lote de mil ações (em Reais)	(3,37)	(2,62)

- b) **Diluído:** o resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. As ações ordinárias potenciais diluídos se tratam de opções de compra de ações onde é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente é somada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o período das opções de compra das ações:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo do exercício	(228.360)	(177.071)
Quantidade média ponderada de ações (mil) em circulação	67.692	67.692
Prejuízo básico por lote de mil ações (em Reais)	(3,37)	(2,62)

24. Cobertura de seguros

A Companhia e as suas controladas mantêm, em 31 de dezembro de 2019, os seguintes contratos de seguros a valores considerados compatíveis, pela administração, com os riscos envolvidos:

- **Responsabilidade civil:** cobertura por danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros decorrentes da operação – R\$ 50.000;
- **Risco patrimonial:** incêndio, raio e explosão – R\$ 100.000;
- **Transporte internacional:** dano material aos produtos – US\$ 50.000.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras, desta forma, não foram auditadas por nossos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Eventos subsequentes

Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Pandemia do COVID-19 desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos que afetarão os exercícios futuros. As incertezas e ações governamentais, indicam um aprofundamento deste cenário, não sendo possível indicar com precisão o fim da crise. Contudo, a diretoria tem implementado medidas emergenciais, reavaliadas continuamente, com ênfase a preservação da saúde física de seus colaboradores e econômica da Companhia.

* * *



DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480 /09

Servimo-nos da presente para, em atenção ao disposto no Art.25, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de diretores da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes (Nelson de Almeida Costa) relativo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A Controladora e Consolidado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2020.

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO

Diretor Presidente

ANTÔNIO EDUARDO FILIPPONE DE SEIXAS

Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480 /09

Servimo-nos da presente para, em atenção ao disposto no Art.25, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de diretores da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as informações contidas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2020.

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO

Diretor Presidente

ANTÔNIO EDUARDO FILIPPONE DE SEIXAS

Diretor de Relações com Investidores

